

LUZ AMARELA NAS UNIVERSIDADES: GOVERNO BLOQUEIA ORÇAMENTO DO MEC

Edição extra do Diário Oficial
noticia contingenciamento de
R\$ 1,28 bilhão do Ministério
da Educação. MEC ainda não
informou se universidades
serão atingidas. Emendas
parlamentares também estão na
mira. Possibilidade de bloqueio
preocupa professores da UFRJ

Cinco pedidos de vista adiam decisão do Ventura

> Sessão especial do Conselho Universitário que votaria alienação de 11 andares do Edifício Ventura, na Avenida Chile, terminou sem deliberação. Nova reunião está marcada para 8 de agosto, às 14h

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

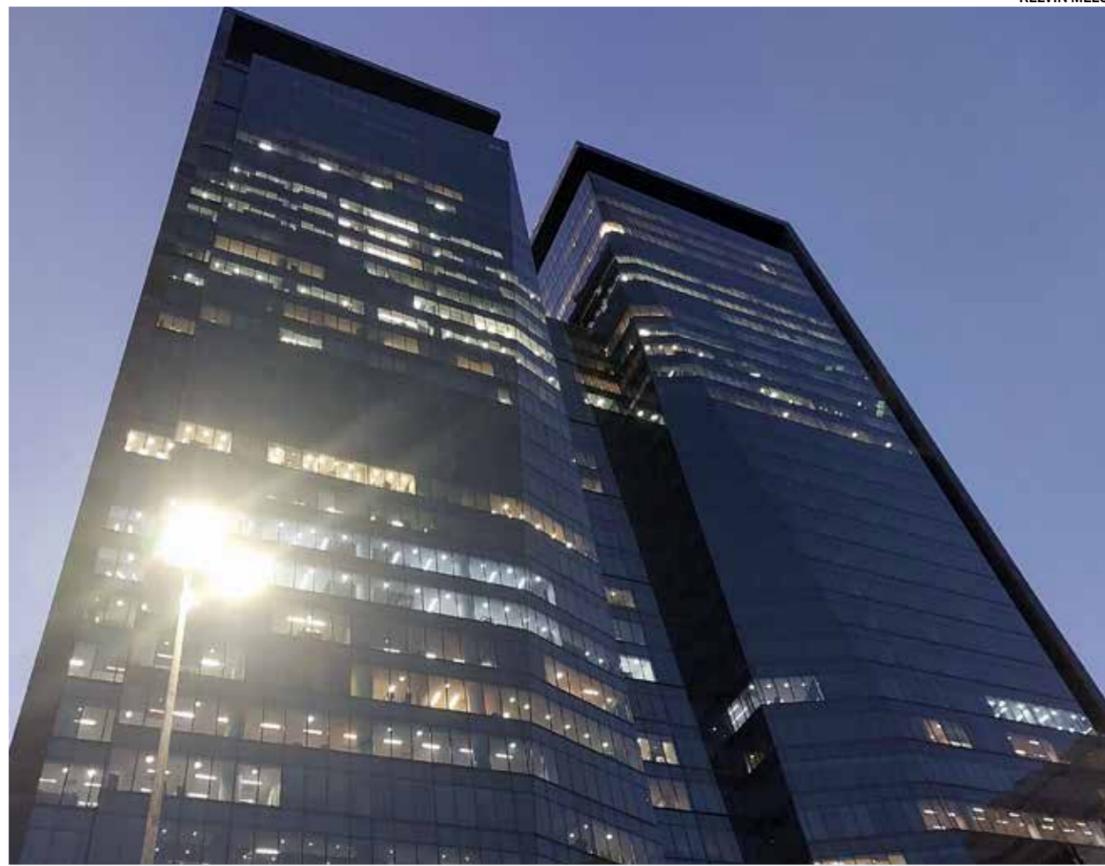
Não houve deliberação na sessão especial do Conselho Universitário que decidiria o futuro dos 11 andares do edifício Ventura, um conjunto formado por duas torres corporativas de alto padrão localizado na Avenida Chile. A reunião do Consuni aconteceu na manhã 1º de agosto, mas cinco pedidos de vista interromperam o debate. Uma nova sessão está marcada para o dia 8 de agosto, às 14h.

O reitor Roberto Medronho participou remotamente da sessão e fez um apelo para que os conselheiros aprovassem a matéria. “Estar ao sabor do mercado não é nossa missão e nós não temos expertise para lidar com a especulação imobiliária”, afirmou. “Quero apelar aos conselheiros para votarem a favor do Ventura por conta das melhorias para a nossa universidade e para os nossos estudantes”.

DEBATE

A reunião começou com atraso, até atingir o quórum mínimo de 41 presentes. A exigência é regimental: sessões especiais, como as que decidem sobre patrimônio, precisam contar com dois terços dos conselheiros, ou 41 presentes. As deliberações também precisam alcançar dois terços de aprovação.

O parecer da Comissão de Desenvolvimento (CD), favorável à alienação dos andares, foi lido pela professora Libânia Xavier, já que o relator da matéria, professor Flávio Martins, não participou da sessão. Um dos argumentos a favor da venda é o alto custo despendido pela UFRJ. Só de condomínio, a universidade



KELVIN MELO

A empresa que adquirir os **11 andares** do Ventura pagará à UFRJ com contrapartidas que somam **R\$ 291,9 milhões**. São **dez iniciativas**:

- Salas de aula – Escola de Música
- Conclusão do prédio B - Escola de Música
- Novo prédio para o curso de Dança
- Término do prédio para o CCJE/CFCH
- Dois novos restaurantes universitários, um na Faculdade de Letras e outro em Macaé;
- Conclusão do prédio do Instituto de Matemática
- Salas de aula no CCS
- Meio bloco do Instituto de Química
- CCS - Prédio Fronteiras

paga R\$ 273 mil mensais. Pesa também o perfil do imóvel, que não é adequado às atividades-fim da universidade.

Ainda segundo o parecer da Comissão de Desenvolvimento, a transferência definitiva de propriedade dos imóveis só ocorrerá após a entrega das

obras referentes às contrapartidas acordadas.

A bancada estudantil e parte da bancada de técnicos apresentou um parecer alternativo. No documento, eles pedem mais tempo para a discussão e solicitam que haja uma garantia de cinco anos após a conclusão das

obras que serão entregues. “Não está sendo considerado o novo plano de ocupação do Centro do Rio, que pode aumentar o valor do patrimônio”, alegou a técnica Marta Batista.

“A UFRJ não é especuladora imobiliária”, rebateu o professor Carlos Frederico Leão Rocha,

diretor do Instituto de Economia. “O nível de osciosidade do Ventura é bastante alto. Para termos mais ocupação, nós temos que ter um jogo de mercado que é incompatível com um ente público”, alegou Fred.

“Temos hoje a oportunidade histórica de melhorar a imagem da UFRJ diante da população, com a conclusão de uma série de obras”, pontuou o pró-reitor de Pesquisa, professor João Torres. “O debate sobre o Ventura foi amplamente consensuado na UFRJ”, afirmou. “Votar contra o Ventura é votar contra o bandeirão de Macaé, contra o curso de Dança”, comparou.

Substituto do professor Vanuail Pereira, decano do CFCH, o professor Paulo César Castro informou que o Conselho do Centro foi unânime pela aprovação da alienação do Ventura. “Essa decisão do CFCH é condicionada à garantia de que a Faculdade de Educação e o CAP sejam alocados no que hoje é chamado de ‘paliteiro’”, disse o professor.

A técnica-administrativa Gilda Alvarenga criticou a condução das discussões e reclamou de falta de informações. “Nós, que estamos à margem desse processo, não nos sentimos seguros para esta decisão”. Ela decidiu, então, pedir vistas do processo. A ação gerou outros quatro pedidos de vistas de conselheiros favoráveis e contrários.

“Ser contrário a este projeto é ser contra a UFRJ”, desabafou o representante dos eméritos, professor Ricardo Medronho. Ouvido pela reportagem, ele avalia que o tema está bastante amadurecido e que a universidade tem muito a ganhar com as obras que virão a partir da alienação dos andares. “Não é possível que prefiram a universidade nesta situação de penúria”.

OBRA NA ENTRADA DO FUNDÃO SEGUE ABANDONADA E EXPOSTA POR FALTA DE RECURSOS

FERNANDO SOUZA / ARQUIVO ADUFRJ



Continua sem cercamento a obra do alojamento, localizada na esquina do Centro de Pesquisas da Petrobras. Quem entra no Fundão pelas linhas Vermelha ou Amarela vê o cenário de abandono ao lado direito da rua Milton Santos.

Há um mês, o Jornal da AdUFRJ ouviu a Prefeitura Universitária sobre o cercamento da área. As obras tinham previsão para iniciar na segunda semana de julho, mas até agora nada foi feito. Os problemas são os de sempre: falta de recursos, atrasos em entregas de materiais, poucos servidores para executar serviços, poucos carros para transporte de materiais.

“Os materiais chegaram, mas não foram suficientes porque o restante da estrutura que cerca a área de obras caiu. Além disso, havia a greve dos servidores. Então, precisamos adquirir mais materiais. Quando chegaram, a kombi que temos para o transporte quebrou, foi para oficina”, contou o prefeito Marcos Maldonado. “O novo prazo para o início do cercamento é dia 6 de agosto”, promete o prefeito.

Segundo o reitor Roberto Medronho, a estrutura não será mais alojamento, mas será destinada à assistência estudantil e deve ser concluída com recursos do PAC. **(Silvana Sá)**

Bloqueio do orçamento do MEC preocupa professores

> Governo contingenciou R\$ 1,28 bilhão do Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior ainda não informou se universidades serão atingidas. Emendas parlamentares também estão na mira da Fazenda

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Publicado em edição extra do Diário Oficial, na noite da última terça-feira, 30 de julho, o decreto que bloqueou R\$ 1,28 bilhão do orçamento do Ministério da Educação acendeu a luz amarela na UFRJ. A preocupação tem razão de ser. As instalações da universidade acumulam graves problemas provocados por anos de orçamento apertado.

Na Educação, a “tesourada” será de R\$ 737,9 milhões em despesas discricionárias do Poder Executivo, R\$ 500 milhões do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 39,6 milhões de emendas de bancada e R\$ 7 milhões em emendas de comissão.

Até o fechamento desta edição, a Secretaria de Educação Superior do MEC, responsável pela gerência orçamentária das 69 universidades federais, ainda não havia informado se o contingenciamento irá alcançar as instituições de ensino.

O suspense sobre o destino do bloqueio deve durar até 6 de agosto, data limite para o MEC informar que áreas serão contingenciadas. “No caso da

UFRJ, um corte nos recursos traria sérios problemas, o que poderia provocar revisões que seriam bastante dolorosas”, lamentou o diretor do Instituto de Economia e ex-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “Cortes nas universidades podem desfazer parcialmente conquistas orçamentárias recentes obtidas por intermédio das negociações do movimento docente e da Andifes (associação dos reitores) com o governo”, afirma

O contingenciamento bloqueou um total de R\$ 15 bilhões e atingiu todos os ministérios — com exceção do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A Saúde, com R\$ 4,4 bilhões, foi a pasta que mais perdeu, em valores absolutos. O bloqueio atende às regras do novo arcabouço fiscal, modelo de regras e metas fiscais que limitam os gastos, que foi aprovado pelo Congresso em agosto de 2023.

“O orçamento discricionário do governo, dadas as regras fiscais, é cada vez menor como percentual do orçamento global, o que torna as escolhas sobre onde cortar cada vez mais restritivas. Existe também o orçamento secreto, que retira possibilidades de cortes em muitas áreas”, acrescenta o ex-reitor. “Não se pode, no entan-



“Estamos trabalhando com metade dos recursos de uma década atrás. E as universidades cresceram muito no período

RODRIGO NUNES FONSECA
Diretor da AdUFRJ

to, abstrair dos problemas que o governo vem tendo para compor maioria no Congresso e o impacto que um eventual corte das emendas teria nessa relação”.

A reitoria da UFRJ preferiu não se manifestar antes do detalhamento dos cortes, mas é fato conhecido que a eventual perda de qualquer centavo será muito lamentada. O último informe sobre a situação orçamentária distribuído pela pró-reitoria de



Finanças (PR-3), no início de junho, apontava uma estimativa de despesas de aproximadamente R\$ 518 milhões para o exercício. E, hoje, segundo o painel orçamentário-financeiro da própria PR-3, a maior federal do país conta com apenas R\$ 428 milhões para fazer frente a todas as despesas até o fim do ano.

Deste montante, faltando cinco meses para o fim de 2024, já foram empenhados — isto é, indicados para o pagamento de despesas — R\$ 374 milhões (87,4% do total). Se considerados apenas os recursos discricionários — sem contar recursos de emendas parlamentares, por exemplo —, a UFRJ já empenhou R\$ 366,9 milhões de R\$ 420 milhões. Ou 87,3% do total.

PREOCUPAÇÃO COM INVESTIMENTOS

O PAC é outro ponto preocupante. No Consumi de junho, o reitor Medronho informou que o MEC pediu à UFRJ uma lista de obras inacabadas do Reuni e de assistência estudantil. Para essas obras, o novo PAC reservou R\$ 40 milhões. Entre as obras contempladas estão dois alojamentos estudantis no campus do Fundão: o alojamento atrás do CCMN, e o modular (em estruturas metálicas, como contêineres), hoje em ruínas (leia mais abaixo).

O acordo para adesão da universidade à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh) também prevê investimen-

to de R\$ 115 milhões via PAC para readequação de espaços físicos e melhoria da infraestrutura.

REAÇÃO

A diretoria da AdUFRJ acompanha o assunto com atenção. “As universidades, em especial a UFRJ, não podem perder mais recursos”, afirma o professor Rodrigo Fonseca. Junto ao Observatório do Conhecimento, a AdUFRJ tem denunciado a expressiva queda no financiamento do sistema de C&T e da educação superior federal do país.

O chamado “Orçamento do Conhecimento” chegou a R\$ 19,50 bilhões, na lei orçamentária deste ano contra R\$ 38 bilhões de 2014, em valores corrigidos pela inflação. “Estamos trabalhando com metade dos recursos de uma década atrás. E as universidades cresceram muito no período”, critica Rodrigo.

“Nosso Sindicato Nacional recebeu com muita perplexidade este anúncio de corte”, disse o presidente do Andes, professor Gustavo Seferian. “Isso tende, sobretudo em universidades de mais significativa estrutura, a trazer impactos bastante mais sensíveis, ao menos proporcionalmente”, completou.

A reportagem solicitou ao MEC esclarecimentos sobre como será tomada a decisão das áreas que serão cortadas e se as universidades poderiam ser atingidas. Não houve retorno até o fechamento desta edição.

MEC REVOGA PORTARIA DO GOVERNO BOLSONARO

O Ministério da Educação revogou nesta quinta-feira, 1º de agosto, a Portaria 983/2020, que estabelecia o controle de frequência por ponto eletrônico e o cumprimento de carga horária mínima de 14 horas de ensino para os docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

A ação era uma das pautas da greve que atingiu as universidades federais no primeiro semestre e era defendida pelo Andes, Sinasefe

e Proifes. A medida estava prevista no acordo firmado com os sindicatos em 27 de junho, mas já havia sido acordada desde o dia 14 do mesmo mês.

Os sindicatos comemoraram a anulação. “É conquista da greve. Vamos cobrar que a elaboração do novo texto seja estabelecida o quanto antes, com a participação do nosso sindicato”, informou o Sinasefe em suas redes sociais.

“A revogação é uma conquista da categoria. Trata-se da reversão de um ataque do go-

verno Bolsonaro e, portanto, a primeira revogação importante realizada pelo governo Lula”, publicou o Andes.

“Consideramos a revogação da portaria 983/2020 uma grande vitória do Proifes, que foi quem esteve à frente da negociação que criou a carreira EBTT em 2008 e pautou a revogação da portaria em todas as mesas de negociação que aconteceram desde a reabertura do diálogo com o governo em 2023”, afirmou o vice-presidente do Proifes, Flávio Silva.



ASSINATURA do acordo aconteceu em reunião de 27 de junho

Alunos do IGEO sofrem com falta de trabalho de campo

> Atividades práticas são fundamentais para a formação e estão prejudicadas porque veículos são antigos e oferecem risco de segurança. Professores votaram pelo não recomeço das aulas

RENAN FERNANDES
comunica@adufjr.org.br

Apenas três dos 74 trabalhos de campo previstos pelo Instituto de Geociências foram realizados no primeiro semestre de 2024. O baixíssimo número de saídas está atrasando a formação dos alunos dos cursos da unidade e é resultado de uma frota de veículos envelhecida.

A UFRJ tem dez ônibus em sua frota oficial. Os dois modelos mais novos são 2010/2011. O mais antigo, modelo 2005. O cenário das vans é parecido. São 22 veículos fabricados entre 2005 e 2011, o que ameaça a segurança de professores, técnicos e estudantes e compromete o cumprimento de disciplinas obrigatórias do currículo.

A situação chegou ao limite no dia último dia 15. Em reunião da Congregação, o IGEO resolveu não iniciar as aulas no segundo semestre, caso o problema não seja solucionado. Mesma decisão já havia sido tomada isoladamente pela Geologia.

“Os alunos estão desmotivados. Os professores estão desmotivados. Fica impossível manter o curso desse jeito”, lamentou o professor Claudio Limeira, do departamento de Geologia. Com 29 anos de docência na universidade e vasta experiência na logística de trabalhos de campo, Limeira diz nunca ter passado por situação semelhante.

“Nossa frota é antiga, não serve mais para trabalhos de campo que precisam acessar estradas não asfaltadas”, disse o prefeito universitário Marcos Maldonado.

Não há dinheiro para comprar carros novos nem para a manutenção dos antigos. Maldonado afirmou que, das 200 viaturas de toda a frota da UFRJ — aí incluídos caminhões e carros menores: de passeio, ambulâncias, entre outros —, 70 estão paradas por falta de recursos para o conserto. “A prefeitura trabalha com o orçamento que é liberado. Quando tem recurso para fazer a manutenção, a gente faz”, disse, resignado.

O prefeito apontou o aumento no número de trabalhos de campo pós-pandemia como um fator que ampliou os problemas mecânicos. “Muitos trabalhos ficaram represados da época da pandemia. Isso gerou muita demanda para pouca viatura”.



“Nossa frota é antiga, não serve mais para trabalhos de campo que precisam acessar estradas não asfaltadas”,

MARCOS MALDONADO
Prefeito da Cidade Universitária

O professor Edson Farias Mello, diretor do IGEO, não vê solução que não passe pela compra de novas viaturas. “Todos os nossos veículos já cruzaram a linha da vida útil. Você pode fazer manutenção em um veículo velho, mas ele continua velho. Chegamos ao limite de uma frota muito antiga, muito rodada e que precisa de renovação”, alertou.

EXIGÊNCIA CURRICULAR

A demanda por novos veículos não é uma questão de luxo para os geólogos. As diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação determinam que os cursos de graduação em Geologia tenham ao menos 20% da carga horária cumprida em atividades do campo. Na UFRJ, 25% do curso acontece fora da sala de aula.

“O Brasil é muito diverso. Não temos no Rio de Janeiro rochas sedimentares como as da Bacia do Paraná, então precisamos ir lá. Como temos que ir no Araripe, no Ceará. Temos que ir na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais. São áreas de geologia específicas e

FROTA SUCATEADA

ÔNIBUS

UNIDADE	MODELO	ANO
DFO	MARCOPOLO/VOLARE V5HD	2005
MACAÉ	AGRALE/TCA NEOBUS/9.2	2007
XERÉM	MERCEDES / LO915-48	2009
DFO	MERCEDES / LO915-48	2009
MN	MERCEDES / LO915-48	2009
IGEO	MERCEDES / O-500 M	2009
DFO	MERCEDES / CAMPIONE	2009
NUPEM	VW/COMIL VERSATILE I 17.230	2010
DFO	MB/O500RS MAXIBUS LINCE 3.65	2010/2011
IGEO	MB/O500RS MAXIBUS LINCE 3.65	2010/2011

VANS

UNIDADE	MODELO	ANO
NCE	RENAULT/MASTER/BUS 12 D	2005
XERÉM	RENAULT/MASTER/BUS 12 D	2005
NUPEM	PEUGEOT BOXER M330M MDI	2005 / 2006
CASA DA CIÊNCIA	RENAULT/MASTER/BUS 12 D	2006
DFO	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2007
MN	RENAULT/MASTER/BUS 12 D	2007
DFO	RENAULT/MASTER/BUS 12 D	2008
CT /	PEUGEOT/BOXER/330 M	2009
NIDES	PEUGEOT/BOXER/330 M	2009
IGEO	PEUGEOT/BOXER/330 M	2009
FUNDO VERDE	PEUGEOT/BOXER/330 M	2009
NUPEM	I/M.BENZ313CDI SPRINTER	2009
IPUB	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
IGEO	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
MEDICINA	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
CCS / DECANIA	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
DFO	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
FARMÁCIA	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
MACAÉ	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
MN	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
DFO	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011
IB	FIAT/DUCATO/MINIBUS	2010 / 2011

fundamentais para formar um geólogo”, afirmou o professor Claudio Limeira.

O docente apontou o foco no conhecimento prático como um diferencial para o geólogo formado na UFRJ. “Nosso curso sempre se destacou por uma ênfase muito grande em trabalho de campo. A forma como a teoria vista em sala de aula é aplicada no trabalho de campo muda completamente a forma como os alunos encaram o curso”, explicou.

Sem a realização das atividades de campo previstas no currículo, acontece o represamento

de estudantes que não conseguem concluir a graduação. “Temos disciplinas inteiras que são só de campo. Geologia de campo IV é o último estágio de campo que os alunos precisam fazer para concluir o curso. Ela não está sendo ofertada, então não tem formatura no curso”, contou o professor Patrick Führ Dal’ Bó, chefe do departamento de Geologia. “Hoje, temos uma turma inteira, cerca de 30 alunos, que não conseguiremos formar”, completou.

A UFRJ possui um contrato de aluguel de veículos que não atende às necessidades do

IGEO. O contrato supre apenas viagens dentro do estado do Rio de Janeiro e não prevê pernoites para os motoristas. Para resolver emergencialmente a questão, o instituto quer a locação de três vans e três ônibus que consigam sair do estado. Estudo técnico preliminar desenvolvido por professores do instituto orçou em R\$ 850 mil o aluguel para cobrir as demandas de um semestre de disciplinas obrigatórias, eletivas, ações de extensão, iniciação científica e pesquisas de pós-graduação. Seriam percorridos 77.340 quilômetros, no total.

EDSON FARIAS MELLO



ACERVO D.A. JOEL VALENÇA

EDSON FARIAS MELLO



EDSON FARIAS MELLO

EDSON FARIAS MELLO



ACERVO D.A. JOEL VALENÇA

PROFESSORES TEMEM RISCO DE ACIDENTE GRAVE

O professor Marco Antonio Braga, responsável pela política de saúde e segurança em campo do departamento, fez um orçamento para a compra de novos veículos, em 2018. "O risco principal de acidentes com geólogos em atividades de campo é durante o trajeto. Por isso, a nossa preocupação".

Com base na Pirâmide de Bird, ferramenta utilizada no campo da segurança do

trabalho que propõe uma lógica constante e gradual entre pequenos incidentes e acidentes fatais, o docente traçou um cenário de risco. "A base da nossa pirâmide está mais que completa de relatos de quase acidentes. Nossa base já está formada para acontecer um acidente mais grave", disse Braga. "Ano passado, tivemos um ônibus descendo a Serra das Araras com problemas no motor e no freio", contou.

Outros cursos que fazem trabalhos de campo fora da universidade também compartilham da mesma insatisfação. O professor Fábio Hepp, responsável por organizar as saídas no Instituto de Biologia, acompanha com interesse a reivindicação do IGEO. "Até fizemos alguns trabalhos de campo nesse semestre, mas todos aos trancos e barrancos", contou.

REITORIA PREPARA LICITAÇÃO DE TRAJETOS INTERESTADUAIS

■ Questionadas sobre os problemas dos trabalhos de campo, as pró-reitorias de Graduação (PR-1) e Governança (PR-6) responderam com uma nota conjunta. "Este assunto foi debatido em diversas reuniões com a PR-1, PR-3 (Finanças), PR6 e a Prefeitura Universitária (PU), que reiteraram a importância da graduação

e consideram que as atividades acadêmicas de graduação devem ser garantidas, mesmo com os recursos escassos do orçamento", diz a nota. Sobre o represamento de alunos no curso de Geologia, a PR-1 garantiu que vai oferecer todo o suporte necessário para os estudantes não serem prejudicados. A PR-6 afirmou, ainda, estar preparando licitação de transporte dos trajetos interestaduais para os próximos períodos acadêmicos.

ESPECIAL | 67º CONAD

Visões opostas em relação à greve dominam debates

> Diretoria do Andes e setores do Renova, coletivo de oposição, creditam ao movimento paredista as conquistas salariais, mas há críticas quanto à postura servil ao governo Lula. Proifes foi alvo comum

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Para alguns, um sucesso histórico. Para outros, um fracasso retumbante. Os debates do 67º Conselho do Andes (Conad), realizado no Cefet-MG, em Belo Horizonte, de 26 a 28 de julho, deixaram claras as divergências de avaliação da greve federal docente que alcançou, em seu momento de pico, 65 instituições de ensino entre 15 de abril e 3 de julho.

A diretoria do Andes e parte do Renova, coletivo de oposição, classificaram a greve como vitoriosa e atribuíram a ela as conquistas obtidas junto ao governo. Já grupos ligados ao PSTU, por exemplo, qualificaram as conquistas como “migalhas” e denunciaram o que chamaram de “servilismo” da direção do Andes e do Renova ao governo Lula.

Os grupos críticos em relação à condução da greve argumentam também que o fim do movimento foi “imposto” pela direção do sindicato nacional, sem consulta às bases. Esse argumento foi contestado pela diretoria do Andes.

Apesar das fraturas expostas, o presidente da entidade, Gustavo Seferian, vislumbrou uma convergência fundamental no 67º Conad. “Foram expressos os diferentes posicionamentos sobre a greve no seio de nossa base, com avaliações distintas acerca do desfecho da mobilização grevista. Mas é notável a opinião incontestada quanto à importância da greve e da sua força, o reconhecimento da greve como ferramenta indispensável para o conjunto de nossa categoria”, avaliou o professor da UFMG.

Na visão da presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, a postura da direção do Andes ao longo do 67º Conad reafirmou um desapareço do grupo pela pluralidade. “Há uma reação da direção do Andes de conter as divergências sobre os momentos de entrada e saída da greve, sobre o que significou a greve. A AdUFRJ se viu novamente atacada por representar a pluralidade dentro do Andes”, disse.

“A despeito de inúmeras concordâncias que temos com a direção do sindicato nacional em



PRESENTE! A delegação da AdUFRJ, composta pela delegada Mayra Goulart (agachada) e oito observadores, participou dos debates



AVANÇOS Delegados de todo o país atualizaram os planos de lutas

relação à importância de defender a educação pública e gratuita, à necessidade de aumentar o orçamento das universidades e à valorização do professor, esse grupo enfatiza os ataques à AdUFRJ em virtude da nossa divergência em relação à estratégia de luta, como a greve, em contraponto a outras formas de mobilização”, analisou Mayra, que foi a delegada da AdUFRJ ao encontro.

O INIMIGO PROIFES

Se houve divergências de avaliação no quesito greve, as diversas correntes representadas no 67º

Conad foram unânimes em eleger o inimigo número 1 a ser derrotado pelo Andes: o Proifes. A federação que assinou o acordo salarial com o governo em 27 de maio — antes da assinatura do Andes e do Sinasefe, que só ocorreu em 27 de junho — foi alvo de artilharia pesada do início do fim do encontro em BH.

A unanimidade em torno da necessidade de enfraquecer a entidade rival foi destacada pelo presidente do Andes. “É fundamental ressaltar o importante salto proporcionado, no âmbito da greve das federais, na ebulição das bases hoje estrangula-

das e constrangidas da Proifes, a federação burocrática”, afirmou.

“Esse salto suscitou uma movimentação histórica em universidades que há mais de duas décadas não construíam greve. Isso se deu no âmbito da Federal da Bahia, da Federal do Oeste da Bahia, no campus dos Malês da Unilab, nas federais de Goiás, de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte”, comemorou Gustavo Seferian.

A artilharia não ficou só nos discursos. Após intensa discussão, com suporte da assessoria jurídica do Andes, a plenária aprovou a criação do Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições (GTO), com o objetivo de organizar a mobilização docente nas IFES nas quais a organização sindical local tenha rompido com o Andes ou tenha se constituído inicialmente sem vínculo com o sindicato nacional.

O alvo preferencial dessa iniciativa são as IFES que estão na base do Proifes, como a UFG, a UFSC e a UFRN.

O GTO apresentará, ao 43º Congresso do Andes — a ser realizado no início de 2025 em Vitória — uma proposta de re-

solução normatizando as relações do Andes com as oposições organizadas que “reivindicam o sindicato nacional”.

A diretoria fica autorizada a dar apoio político, jurídico e financeiro ao GTO para organizar os grupos de oposição. Até a realização do 43º Congresso, a participação em reuniões e outras atividades do GTO incluirá a participação subsidiada de até dois representantes de cada oposição organizada que reivindique o Andes como seu sindicato.

A professora Mayra Goulart vê com preocupação essa iniciativa. “A intervenção na liberdade e na autonomia de cada organização sindical nas universidades pode reduzir os espaços de ADs com posicionamentos diferentes daqueles da direção do Andes. E é preocupante também o financiamento de grupos de oposição. Quem analisa o cenário político sabe bem o papel dos recursos de campanha numa eleição”.

O 67º Conad reuniu 70 delegados e 181 observadores, com a participação de 82 seções sindicais. O 68º Conad será realizado em Manaus, em 2025.

FOTOS: ALEXANDRE MEDEIROS

Sindicalismo ontem, hoje e amanhã

Exibição do documentário

“A geração que criou a CUT”

DEBATEDORES:

• **Cibele Vieira** (Diretora da Federação Única dos Petroleiros FUP)

• **Deivid Bacelar** (Coordenador geral da FUP)

• **Eleonora Ziller** (Diretora da Universidade da Cidadania UC/UFRJ)

• **Jorge Bittar** (Diretor da Fundação Perseu Abramo)

• **José Sérgio Leite Lopes** (Museu Nacional/UFRJ)

• **Silvia Portela** (Instituto Lavoro)

• **Organização:** Dulce Pandol i (UC) e Juliana Ferreira (FUP)

• **LOCAL:** Avenida Rio Branco, 133, 21º andar, Centro **DATA:** 05/08 -17h

ENTREVISTA | ELEONORA ZILLER, DIRETORA DA UNIVERSIDADE DA CIDADANIA

“QUEREMOS AMPLIAR AS PONTES COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS”

KELVIN MELO

kelvin@adufjr.org.br

Abrir as portas da UFRJ aos movimentos sociais, construir novas pontes e renovar a vida acadêmica. Este é o papel que a Universidade da Cidadania (UC), órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura, começa a retomar neste segundo semestre de 2024. Cursos, debates, podcasts e até mesmo um programa de rádio em parceria com a AdUFRJ estão no radar da diretora, professora Eleonora Ziller, que assumiu o cargo no fim do ano passado.

Eleonora está em “casa” na direção da Universidade da Cidadania. Basta conferir seu histórico na UFRJ sempre ligado às causas coletivas. Ainda como bolsista de graduação, em 1985, participou da criação da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão. Ex-presidente do sindicato dos docentes (2019 a 2021), ex-dirigente do Sintufrj e representante dos técnicos no Consuni nos anos 90, ela ainda integrou os movimentos estudantis universitário e secundarista.

“Quando a Chris (Ruta, coordenadora do Fórum) me convidou para assumir a direção da Universidade da Cidadania, foi uma espécie de ponto de chegada desse meu compromisso que une as duas pontas: a minha participação permanente junto aos movimentos sociais, estudantil e sindical e a defesa da instituição”, explica Eleonora, que também dirigiu a Faculdade de Letras por oito anos (de 2010 a 2017).

Na entrevista a seguir, confira os planos da diretora.

■ **Jornal da AdUFRJ - Qual a missão da Universidade da Cidadania?**

● **Eleonora Ziller** - A Universidade da Cidadania é uma estrutura mais livre, com condições de produzir coisas novas, buscar uma população que não se vê na universidade, mas que pode se beneficiar dela, abrindo novas fronteiras para os projetos acadêmicos.

■ **Mas alguns cursos, programas de pós e projetos de extensão já não fazem essa interação? Qual a diferença?**

● A UC é uma estrutura que pode ultrapassar as barreiras institucionais, com unidades e cursos ainda muito fechados em seus campos disciplinares. A gente pode produzir internamente uma interação bem mais horizontalizada. Ela segue a ideia de ser também uma porta aberta para os que tenham desejo de participar da vida universitária sem necessariamente estarem matriculados em um

curso formal.

Nossa expectativa é que, tão logo retorne o segundo semestre, voltemos a promover reuniões com as entidades, movimentos e grupos que sempre participaram da UC. Será nosso movimento principal para que possamos construir uma Universidade da Cidadania cada vez mais aberta, forte e sintonizada com os desafios atuais.

■ **O que já está sendo preparado?**

● No primeiro semestre, tivemos uma série de dificuldades, inclusive a deflagração da greve dos técnicos-administrativos. Mesmo assim, conseguimos retomar a produção de podcasts que havia sido suspensa. Já estamos no terceiro episódio da quinta temporada gravados pela Rádio Cidadania, disponível no Spotify ou em seu agregador de podcast favorito, um projeto que vem da gestão do professor Paulo Fontes, que esteve à frente do órgão. São vários



FERNANDO SOUZA

Nacional de Direito. Aproveito até para agradecer publicamente à direção da FND, que abraçou a proposta.

■ **O que mais vem por aí?**

● No dia 5 de agosto, vamos dar início às atividades do segundo semestre com a parceria da Federação Única dos Petroleiros em uma mesa sobre o movimento sindical, das origens da CUT (Central Única dos Trabalhadores) até hoje. O movimento sindical está num momento em que precisa recuperar sua história e que precisa ser capaz de se projetar para este futuro muito diverso, com um mundo do trabalho em transformação muito acelerada e radical. Haverá a exibição do documentário “A geração que criou a CUT”, seguida do debate (veja card acima).

E, no dia 17, vamos discutir o papel da cultura e da educação na organização popular com Luiz Antonio Simas (professor de história e escritor), Mauro Cordeiro (professor do Colégio Pedro II, enredista da Beija-Flor de Nilópolis e doutorando no PPGSA-UFRJ) e Rosana Fernandes (coordenadora político-pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST). Será uma programação no âmbito do Curso de Realidade Brasileira, sábado, às 9h. As inscrições para o curso já estão encerradas. Mas quem quiser participar apenas da mesa de debates, basta enviar um pedido de inscrição para o e-mail: universidadedacidadania@forum.ufrj.br.

encontros extraordinários, debatendo sempre nessa perspectiva dialógica. É uma conversa mais estendida do que será nosso programa semanal de rádio, o Faixa Cidadã, um projeto que receberá o apoio da AdUFRJ. Ele irá ao ar sempre as segundas-feiras às 10h, assim que os novos programas forem lançados pela Rádio UFRJ.

■ **A Universidade da Cidadania também realiza cursos?**

● Temos o Curso de Realidade Brasileira, que acontece há mais de 20 anos em várias universidades pelo país, e é construído em parceria com os movimentos populares e sindicais. O curso oferece uma ampla base para a pensar a formação política, histórica e social de nosso país. Tivemos uma resposta excepcional, com mais de 200 inscritos. Ele acontece aos sábados pela manhã, na Faculdade

■ **Por que é importante para a UFRJ ter uma estrutura como a Universidade da Cidadania?**

● Saímos há pouco tempo de quatro anos de um governo que fez uma campanha sistemática, violenta, de desmoralização da própria instituição universitária. Um governo negacionista. Isso tem efeitos. Precisamos urgentemente retomar um diálogo mais intenso com a sociedade. Não podemos renunciar ao papel de fortalecer a vida democrática do país.

ATUALIZAÇÕES SOBRE A AÇÃO DOS 3,17%

• A AdUFRJ recebeu mais de 980 procurações de docentes que possuem direito aos valores dos 3,17%.

• Mais de 910 processos já foram ajuizados.

• A relação de professores que possuem direito aos valores está na AdUFRJ.

• Se você, docente, que estava na carreira entre 1995 e 2001, ainda não verificou a sua situação, procure o Sindicato através dos contatos oficiais e confira se seu nome está entre os beneficiários da ação.

AVISE OS COLEGAS!

Agende um horário em nosso plantão jurídico

E-mail: atendimentojuridico@adufjr.org.br

whatsapp: (21) 99808-0672.



Saudades de Rosa, a mestra dos carnavais

> Formada em Pintura na UFRJ e professora da Escola de Belas Artes até 1994, ela ajudou a formar gerações de alunos e se consagrou contando as histórias do povo brasileiro na Avenida

Artista plástica, carnavalesca mais vitoriosa da Sapucaí e professora da UFRJ, Rosa Magalhães nos deixou no último dia 26, aos 77 anos, vítima de um infarto fulminante em casa.

“Rosa foi mestra, inclusive daqueles que não foram seus alunos em sala de aula”, afirma o professor Madson Oliveira, do curso de Artes Cênicas-Indumentária, onde ela lecionou até 1994. “Ela deixa um legado de trabalhos artísticos, ligados ao Carnaval, às artes plásticas e às artes Cênicas”, completa o docente, que também é vice-coordenador do Setor de Memória e Patrimônio do Museu D. João VI da EBA.

A vida de Rosa se misturou com a da universidade desde os tempos de estudante. Ela se formou em Pintura na Escola de Belas Artes e também foi professora nos cursos de Cenografia e Indumentária. Formou centenas de artistas e foi chefe do Departamento de Artes Utilitárias da EBA.

O vínculo com a universidade nunca se quebrou. Em agosto do ano passado, lembra Madson, a carnavalesca foi convidada a dar a aula inaugural dos cursos de artes cênicas da EBA.

“Rosa sempre foi muito divertida e tinha tiradas muito engraçadas. Ela fez a cerimônia



CRISTINA INDIÓ DO BRASIL/AGÊNCIA BRASIL

de abertura dos Jogos Pan-americanos, em 2007, e fez a cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos, em 2016. Ela contou que esteve em Parintins e de lá trouxe um jacaré de madeira articulada que não cabia na mala. Trouxe a escultura abraçada ao

corpo, no avião... Foi dessa experiência que tirou inspiração para fazer um grande jacaré, na cerimônia dos Jogos”, diz Madson. “O humor é inerente aos inteligentes! Este era o caso dela!”

Em nota, a reitoria da UFRJ

lamentou a morte e celebrou o legado da genial professora que, por tantos anos, transformou a Avenida numa vibrante aula de histórias brasileiras. “Em 2020, completou 50 anos de atividades em barracões de escolas de samba. (...) Para Rosa,

o carnavalesco é uma espécie de diretor de cena do espetáculo apresentado pelas escolas de samba”, diz um trecho.

O carnaval perde uma de suas melhores diretoras de cena, mas as lições da mestre Rosa ficarão para sempre.

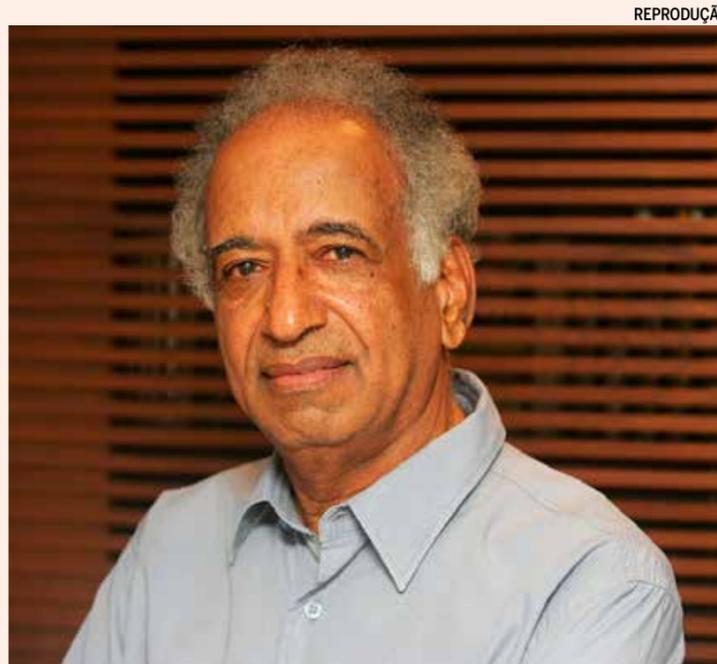
Generosidade a serviço das Ciências Sociais

> Professor Charles Pessanha, um dos fundadores do Departamento de Ciência Política, vai deixar saudades no IFCS

Mestre querido por alunos e colegas e com extenso currículo nas Ciências Sociais, o professor Charles Pessanha faleceu no dia 25 de julho, deixando uma legião de admiradores. Entre eles, a presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. “Embora não tenha sido meu professor,

o trabalho que fez sobre a Carta de 46 teve um impacto muito importante no meu pensamento sobre a tradição de direito público no Brasil”, afirma.

A gentileza no trato com todos era uma das marcas do professor.” A última vez que estive com ele foi virtualmente, quando



REPRODUÇÃO

conversamos para me acolher no PPED (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Foi muito caloroso comigo”, com-

pleta Mayra.

Mesmo quem não era da mesma área destaca a conduta serena e amigável do professor Charles. “Ele era muito simpático. Todo

mundo no IFCS ficou triste com a notícia do falecimento”, afirma o diretor da unidade, professor Fernando Santoro, da Filosofia.

Charles, um dos fundadores do Departamento de Ciência Política do IFCS e do Scientific Electronic Library On Line (SciELO), graduou-se em Ciências Sociais pela UFF (1968), cursou o mestrado em Ciência Política no IUPERJ (1981), doutorado em Ciência Política na USP (1977), pós-doutorado pela Universidade de Londres, em 2002, e pela École de Hautes Études en Science Sociales, em (2012).

Em 2019, recebeu o Prêmio Gildo Marçal Brandão, de Excelência em Ciência Política, pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Era Editor Emérito de DADOS - Revista de Ciências Sociais, periódico do qual foi editor-chefe por décadas.